



Moçambique precisa de acelerar o processo de implementação de medidas de promoção da segurança cibernética, por forma a salvaguardar a protecção dos cidadãos e a sustentabilidade do desenvolvimento das telecomunicações em Moçambique, defende Carlos Mesquita, Ministro dos Transporte e Comunicações.

Mesquita que falava, esta quarta-feira, 13 de Novembro, em Maputo, na abertura da II Conferência Nacional de Segurança Cibernética (MOZCYBER) acrescentou que o mundo de hoje e todo o processo de desenvolvimento estão ligados às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), razão pela qual a segurança cibernética constitui um assunto transversal que deve merecer atenção especial de todos.

“É por isso que tivemos na conferência a participação do Ministério Público e de outras instituições, que prestam serviços e que estão acometidos com as indústrias e áreas de serviços, porque, mesmo no uso profissional e pessoal, todos nós utilizamos este tipo de equipamentos”, frisou o governante.

Instituições moçambicanas usuárias das TIC, representantes do Governo, do sector privado e da sociedade civil identificaram e definiram as diversas formas e características da segurança cibernética, bem como apresentaram soluções de prevenção e combate ao crime cibernético, no decurso da II Conferência Nacional de Segurança Cibernética (MOZCYBER), evento que ocorre pelo segundo ano consecutivo.

O encontro, que serviu igualmente para avaliar os desafios da segurança cibernética em Moçambique e traçar acções concretas e concertadas com vista a um maior controlo e acção contra os crimes cibernéticos, foi promovido pela Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique (ARECOM).

Segurança Cibernética precisa de ser acelerada em Moçambique

Escrito por {ga=publicidad}

Segunda, 18 Novembro 2019 08:31 -

Num outro desenvolvimento, Carlos Mesquita explicou que, enquanto uns pensam no desenvolvimento de soluções integradas e tecnológicas, infelizmente existem outros com um pensamento diferente, uma vez que concentram o seu trabalho para prejudicar o desenvolvimento, afectando negativamente, todo o sistema implantado em várias instituições, o que concorre para que não se consiga prestar os serviços pretendidos.

O ministro deu exemplo do sistema bancário, onde o sistema informático quando afectado ocorre, automaticamente, uma disfunção que leva à paralisação do serviço prestado: “Isso aplica-se também na indústria, cujas máquinas são regidas por sistemas informáticos programados e que, em caso de um ataque cibernético, o processo de produção fica comprometido”, indicou.

A conferência, conforme enfatizou Carlos Mesquita, traz exactamente esta necessidade de termos uma coordenação com vista a aproveitar todos os mecanismos legais e regulamentares, que o Governo tem estado a criar para promover um desenvolvimento adequado na protecção dos sistemas de informação e comunicação.

Por sua vez, Castigo Nhamane, vice-presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), indicou que matérias ligadas à segurança cibernética constituem uma preocupação para o sector privado por afectarem directamente o ambiente de negócios.

“Um exemplo que ainda vive nas nossas memórias foi o apagão ocorrido, recentemente, no sistema bancário nacional, onde entre outros factores pode-se apontar os ataques cibernéticos que o País tem sofrido, nos últimos anos, como uma das causas”, afirmou, Nhamane, acrescentando que o sector privado está consciente de que a segurança cibernética joga um papel importante para assegurar o normal usufruto das oportunidades que se apresentam no país.